

**EDcl no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 154.209 - DF (2017/0223632-1)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**EMBARGANTE : SINDICATO DOS TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM DE BAURU E REGIAO**  
**ADVOGADOS : HUDSON ANTONIO DO NASCIMENTO CHAVES - SP313075**  
**JULIANA DE OLIVEIRA PONCE - SP298975**  
**DAYANE CRISTINE MORETTO GOMES E OUTRO(S) - SP364965**  
**EMBARGADO : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE BAURU - SP**  
**ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO BOBRI RIBAS E OUTRO(S) - SP074357**  
**EURÍPEDES FRANCO BUENO - SP178777**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por Sindicato dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem de Bauru e Região, assim ementado (fl. 366):

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. REQUERIMENTO DA PARTE SUSCITANTE PARA QUE HAJA A REUNIÃO DOS PROCESSOS. AUSÊNCIA DE CONTROVÉRSIA A ESSE RESPEITO. FEITO A SER REUNIDO JÁ JULGADO. SÚMULA 235/STJ. CONFLITO DE COMPETÊNCIA NÃO CONHECIDO.

O embargante sustenta que a decisão contém contradição, pois não se pretende a reunião entre a ação ordinária ajuizada no Juízo da Justiça do Trabalho com o mandado de segurança impetrado na Seção Judiciária do Distrito Federal, mas sim que o primeiro Juízo (3ª Vara do Trabalho de Bauru/SP) "[...] não é competente, absolutamente, em razão da matéria (causa de pedir e pedidos relativos a registro sindical) para julgar a ação ordinária, pois a competência para julgar ato do Secretário das Relações do Trabalho, atinente a registro de entidade sindical é da Justiça Federal, inclusive conforme precedentes desta E. Corte Superior (fl. 375)".

Sem impugnação.

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

A decisão embargada assentou que (fls. 366-368):

No caso, alega o Sindicato dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem de Bauru e Região, ora suscitante, que a ação ordinária distribuída à 3ª Vara do Trabalho de Bauru (Processo n. 0011002-53.2017.5.15.0090), na qual é réu, deve ser reunida à ação de mandado de segurança, por ele impetrado no Juízo Federal da 6ª Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal (MS n. 1008636-93.2016.4.01.3400).

Tem-se, então, ação ordinária, na qual se busca a nulidade da formação do novo sindicato, ora suscitante, e mandado de segurança, no qual o

suscitante pretende que a autoridade do Ministério do Trabalho conclua a análise do seu pedido de registro sindical n. 47544.000011/2016-81.

Não há nos autos controvérsia entre os Juízos a respeito da reunião ou separação desses processos, conforme exige o inciso III do artigo 66 do CPC/2015. Não há, portanto, conflito de competência.

Registre-se, por oportuno, que o MS n. 1008636-93.2016.4.01.3400, distribuído ao Juízo Federal da 6ª Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, já foi sentenciado (fls. 100-102), o que, por mais esse motivo, afasta a alegação da existência de controvérsia a respeito da reunião dos processos, pois conforme enunciado da Súmula 235/STJ: "A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado".

O incidente, portanto, é manifestamente inadmissível.

Nessa linha, confira-se o que contido no parecer do Ministério Público Federal (fls. 386-387):

O em. Relator não conheceu do conflito, por manifestamente inadmissível, ao fundamento de que “não há nos autos controvérsia entre os Juízos a respeito da reunião ou separação desses processos, conforme exige o inciso III do artigo 66 do CPC/2015. Não há, portanto, conflito de competência (f. 369)”.

[...]

Os embargos devem ser desprovidos.

Ao conhecimento do conflito é irrelevante que o argumento do embargante de que, aqui, objetiva apenas o reconhecimento da incompetência absoluta da 3ª Vara do Trabalho de Bauru, para julgar ação ordinária de nulidade do registro sindical da suscitante. A jurisprudência pacífica do STJ orienta-se no sentido de que só se caracterizar conflito de competência, se dois ou mais juízes afirmarem ou negarem sua competência para processar e julgar a mesma demanda, ou que entre eles surja controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

No caso, não há notícias de que uma dessa hipóteses tenha acontecido. Ao contrário, consta dos autos que a ação ordinária vem tramitando normalmente na 3ª Vara do Trabalho de Bauru, sem notícias de que a Justiça Federal do DF tenha manifestado a sua competência para o processamento e julgamento daquele feito.

[...]

Ministério Público Federal opina pelo desprovidimento dos embargos de declaração e pelo não conhecimento do conflito.

Assim, evidencia-se não ter ocorrido falta de clareza, insuficiência de fundamentação ou erro material a ensejar esclarecimento ou complementação do que já decido.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de março de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator